

DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: COMO FICA O BRINCAR?¹

Crislaine Dias dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: diazribeiro18@gmail.com

Marilete Calegari Cardoso

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: marilete.cardoso@uesb.edu.br

925

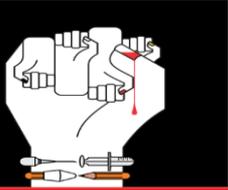
INTRODUÇÃO

A transição da educação infantil para o ensino fundamental é carregada de novos desafios para este aluno, pois é um novo espaço, um novo cotidiano, com novos professores e novas relações. Com a lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, a qual alterou a idade de ingresso no Ensino Fundamental I, para seis anos, a transição entre as duas etapas tornou-se objeto de estudo no campo educacional.

A segunda etapa da Educação Básica, gera para a criança de seis anos, muitas mudanças no seu cotidiano escolar. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017, p.53), esse é um momento que requer muita atenção e equilíbrio com as novas mudanças que estão sendo introduzidas para que possam garantir a “integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças.” A criança que entra no ensino fundamental I, traz consigo novas exigências, pois agora suas atividades são voltadas para a leitura e escrita, sendo esta, uma das primeiras exigências sociais; os horários e brincadeiras diminuem e abrem espaço para inúmeras atividades monótonas, bem como há uma nova rotina e mudanças na avaliação.

Na Educação Infantil a aprendizagem é caracterizada pela interação e pelas atividades lúdicas direcionadas ao brincar livre e/ou o brincar com intencionalidades e mediação do professor que utiliza do lúdico para promover sua prática pedagógica. Veremos que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p.36) determina direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como os campos de experiências que devem ser explorados (BRASIL, 2017, p.40).

¹ Pesquisa de trabalho Monográfico, intitulada: “A transição da educação infantil para o ensino fundamental: como fica o brincar?” do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB-Brasil, Campus Jequié. Professora Orientadora – Dr^a Marilete Calegari Cardoso. E-mail: marilete.cardoso@uesb.edu.br

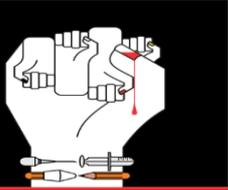


Todavia, ao chegar no Ensino Fundamental, o espaço escolar pode acarretar inúmeras dificuldades para a criança, pois espera-se dela a aquisição e o domínio da leitura e da escrita, assim como o uso das múltiplas linguagens. Essas dificuldades se apresentam nesta segunda etapa da educação básica porque, na maioria das vezes, é ignorado o fato de que apesar da criança ingressar nos anos iniciais do Ensino Fundamental aos seis anos, ainda continua sendo criança e o brincar é indissociável e essencial para o seu desenvolvimento integral, ou seja, a criança que sai da educação infantil para entrar no Ensino Fundamental não deixa de ser criança para ser aluno, ela continua sendo criança, e por isso é necessário que as práticas pedagógicas sejam lúdicas, envolventes e que permita vivenciar a sua infância. Assim, o brincar ainda merece espaço no ambiente escolar (dentro e fora da sala de aula) do ensino fundamental, para alcançar as especificidades das crianças.

Sendo assim, entendemos que é indispensável que o professor possibilite a continuidade desse percurso educativo de maneira estratégica para o acolhimento desde o início do ano letivo no 1º ano do ensino fundamental. Em vista disso, nesta pesquisa, partimos do seguinte questionamento: qual a importância do brincar frente a travessia para anos iniciais do ensino fundamental?

METODOLOGIA

O presente estudo de natureza qualitativa foi elaborado por meio de uma revisão bibliográfica. Escolhemos a pesquisa bibliográfica, que consideramos a primeira parte da pesquisa, pois de acordo com Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado”. Assim, em nosso referencial teórico utilizamos autoras e autores como: Sarmiento (2004, 2005), Kramer (2006, 2007, 2011) Cardoso (2017, 2018), Fortuna (2000, 2011, 2019), Kishimoto (2010, 2011). Utilizamos também a Base Nacional Comum Curricular (2018), que é um documento normativo e referencial mais recente para elaboração dos currículos escolares da educação básica. Logo, nessa pesquisa buscamos compreender como fica o brincar no contexto da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental a partir de pesquisas e materiais bibliográficos já existentes.

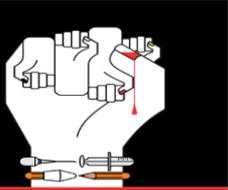


RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido a lei nº 11.114/2005 que tornou obrigatório o ingresso de crianças de 6 anos no primeiro ano do Ensino Fundamental e com a Lei nº 11.274/2006 que ampliou esta etapa de 8 anos para 9 anos de duração, antecipa-se nesse processo também o processo de alfabetização formal aos seis anos. Isso, conseqüentemente, gerou inúmeras discussões colocando em pauta novas questões no campo educacional. Logo, a criança que antes entrava aos 07 anos no Ensino Fundamental, passou a ingressar mais cedo, assim como, agora ela passa a ficar mais tempo nesta 2ª etapa da educação básica. Essa reformulação e ampliação do Ensino Fundamental de 09 anos tiveram como objetivo assegurar um tempo maior no convívio escolar proporcionando maiores oportunidades de aprendizagens. Contudo, algumas pesquisas realizadas nos últimos anos (AMARAL, 2009; BARROS, 2009; KRAMER, 2011; MOTTA, 2011; CARDOSO et al, 2017) tem evidenciado que a criança que chega ao ensino fundamental encontra um ambiente muito diferente do que ela estava acostumada: a sala de aula não é mais a mesma, as carteiras são organizadas em fileiras, os conteúdos agora estão divididos e sistematizados por disciplinas, na maior parte do seu tempo na escola ela passa sentada em uma carteira escrevendo ou realizando atividades monótonas, cansativas e repetitivas, pois requer desse aluno apenas o desenvolvimento de competências e habilidades pré-estabelecidos para a sua faixa-etária. Conforme Motta (2011, p.166) nos aponta em sua pesquisa

O primeiro dia de aula marcou uma drástica ruptura com o trabalho desenvolvido. As crianças não sabiam o que podiam fazer. As carteiras arrumadas em fileiras, voltadas para o quadro, a mesa da professora na frente, a presença de crianças reprovadas, a ausência de outras que compunham a turma anterior, o abecedário e os numerais na parede, tudo indicava um ano diferente. Não era permitido correr, ir ao banheiro, brincar de pique, batucar, cantar ou olhar pela janela. Havia um descompasso entre as crianças que vieram da educação infantil e as outras. Abaixar a cabeça e esperar não faziam parte do repertório do ano anterior. (MOTTA, 2011, p.166)

Nesse sentido, a transição da EI para o EF, tem se apresentado como um problema para as crianças que chegam ao primeiro ano. Nesse novo espaço, além das mudanças citadas, ainda há mudanças nas atividades pedagógicas realizadas pelos professores, pois agora as atividades são direcionadas para a alfabetização e letramento que por muitas vezes não são lúdicas e envolventes como as atividades pedagógicas que eram encontradas na primeira etapa. A nova forma de avaliar e as exigências do desenvolvimento de novas habilidades carregam um peso



que pode ocasionar em reações negativas ou traumáticas. De acordo com a Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 30)

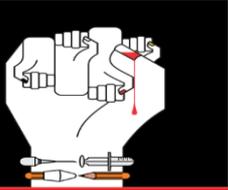
Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2010, p. 30)

Desse modo, é possível entender que apesar das crianças estarem ingressando no EF, os professores precisam articular os conteúdos de maneira que possam garantir esta continuidade prevista, envolvendo as crianças em atividades que contemplem o seu desenvolvimento por inteiro, de outro modo, a travessia de uma etapa para a outra não é sinônimo de ruptura, nesse processo deve haver uma continuidade, pois a criança que sai da Educação Infantil não deixa de ser criança para entrar no Ensino Fundamental, assim como, o que foi aprendido por ela não deixa de ser significativo e necessário para o seu desenvolvimento.

O brincar faz parte da vida da criança e do seu desenvolvimento. É por meio das brincadeiras que ela manifesta sua imaginação e criatividade, assim como, expõe naturalmente seus sentimentos. Segundo Kishimoto (2010), "o brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades [...]" (KISHIMOTO, 2010, p. 1). Assim, podemos considerar o brincar como uma linguagem da criança. Quando a criança brinca, ela expõe sua concepção de mundo e ressignifica por meio do experienciar. Essa experiência promove a interação, os diálogos e, sobretudo, coloca a criança como protagonista da construção do conhecimento sobre si e sobre o mundo.

Para Fortuna (2011) "defender o brincar na escola, não significa negligenciar a responsabilidade sobre o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento" (FORTUNA, 2011, p. 81). Entretanto, não é simples convencer os educadores sobre a importância do brincar para a aprendizagem. Conforme a autora, "muitos educadores buscam sua identidade na oposição entre brincar e estudar: os educadores de crianças pequenas, recusando-se a admitir sua responsabilidade pedagógica, promovem o brincar; os educadores das demais séries de ensino promovem o estudar." (FORTUNA, 2000, p. 3).

De acordo com Borba (2007) a concepção que considera as brincadeiras como tempo perdido, está impregnada na "ideia de que a brincadeira é uma atividade oposta ao trabalho,



sendo por isso menos importante, uma vez que não se vincula ao mundo produtivo, não gera resultados” (BORBA, 2007, p. 35). Em conformidade, Amaral (2009) em sua pesquisa, traz que

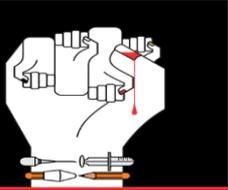
No ensino fundamental, o tempo destinado à brincadeira, além de ser menor, amiúde é visto como menos importante por aqueles que organizam a prática pedagógica, assim pode ser facilmente substituído por atividades de recuperação em sala de aula, o que pode indicar uma sobreposição dos conteúdos disciplinares às especificidades das crianças (AMARAL, 2009, p.13).

Nessa perspectiva, percebemos que, o brincar nas escolas de ensino fundamental tem se resumido ao tempo da recreação. Sendo este momento considerado por muitos uma tarefa para descarregar as energias. Não compreendendo a ação do brincar como parte integrante do desenvolvimento da criança. No entanto, sabemos que o ato de brincar, bem como as atividades lúdicas, são indispensáveis para o desenvolvimento e aprendizagem, visto que este se constitui como potencializador de habilidades psicomotoras, sociais e cognitivas.

CONCLUSÕES

Por meio desta pesquisa, evidenciamos a importância de se haver um planejamento para a inclusão de um tempo e espaço para o brincar, seja ele um brincar livre, por meio de jogos ou com brinquedos, sozinho ou com parceiros. Ademais, compreendemos que depois do ambiente familiar, o ambiente escolar é o âmbito de maior potencialidade para novas aprendizagens. Sendo, o segundo espaço um local que a criança passa a maior parte da sua infância, é necessário que o ambiente seja planejado, de maneira tal, que atenda as especificidades da criança, levando em conta suas características. A criança tem o direito de tempo e espaço para brincar. Direito este, que vai além do momento da recreação na escola.

É indispensável a compreensão de que a criança é um sujeito ativo nesse percurso escolar. Sendo então, o brincar uma característica da infância, o docente precisa estabelecer em sua prática pedagógica um planejamento que contemple não apenas o ensino lúdico como ferramenta pedagógica, mas momentos para brincadeiras, jogos, brincar livre, brincar sozinho ou em pares, etc. É a cultura infantil. Assim, ao permitir o brincar o educador está permitindo também à criança o desenvolvimento psico-motor-social. Nessas situações do brincar a criança recria o mundo por meio das relações simbólicas. Logo, o educador que entende o brincar, essencialmente, como um direito da criança, se torna um facilitador de aprendizagens.



PALAVRAS-CHAVE: Brincar. Transição. Anos iniciais.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

_____. Lei nº 11.114/05, de 16 de maio de 2005. Altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. 2005.

FORTUNA, T. R. **Sala de aula é lugar de brincar?** In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6) p. 147-164 disponível em: https://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto_sala_de_aula.pdf acessado em 16 de out. 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Rangel, Aricélia Ribeiro do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.